

Acerto de 85 começa em novembro; Galvêas espera melhores condições

por Cláudia Sattler
de Brasília



Ernane Galvêas

O governo brasileiro começará a renegociar a dívida externa para 1985 apenas em novembro próximo. Até lá, as idéias novas que estão surgindo estarão amadurecidas de tal forma que o Brasil poderá tirar proveito de condições mais favoráveis de juros, prazos, carências e demais encargos da dívida externa. Internamente, esse prazo permitirá um maior clareamento do processo sucessório, um dado importante para os bancos credores do País, na medida em que se trabalha com a hipótese de negociar um pacote "plurianual".

A data foi estabelecida pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que mantém, agora, uma postura de espera: "O tempo está contando a favor dos devedores", assegura o ministro.

A ida do México ao mercado financeiro trouxe melhores condições de renegociação da dívida. Agora, é a vez da Argentina e o Brasil ficará por último, na expectativa de que todos esses recursos tragam ganhos adicionais à rolagem dos débitos do País. Ele não fixa um teto, mas considera dez anos um prazo razoável para a nova renegociação da dívida.

O ponto de vista do ministro da Fazenda, explicitado durante um jantar com os jornalistas na última terça-feira é de que as duas pri-

meiras fases de renegociação da dívida foram muito bem-sucedidas, mas pode, desta vez, ser incorporada de novos ingredientes. Um dos aspectos que Galvêas citou refere-se à capitalização dos juros da dívida, nos moldes do que o País conseguiu obter na negociação com o Clube de Paris, quando rolou 85% dos juros dos débitos de governo a governo. Um parâmetro de capitalização poderia ser conjugado com a fixação de um teto para o pagamento dos juros, em relação às exportações. Galvêas considera essa idéia simpática, mas prefere não arriscar palpites mais detalhados agora.

LANCE

Sua tática é transparente: primeiro é necessário encerrar mais um lance —

a ação conjunta dos países latino-americanos em Cartagena, que começa a ser tratada hoje. Para setembro, está marcada a reunião da junta de governadores do FMI onde a questão do endividamento dos países latino-americanos certamente será abordada, assim como o aumento dos Direitos Especiais de Saques (DES) e maior alocação de recursos financeiros para os organismos multilaterais.

A tese da capitalização dos juros pode ser uma importante mudança qualitativa na mecânica da rene-

gociação, mas ela, por si só, não resolve o problema, se não vier acompanhada de prazos e carências mais largos, "spreads" e demais comissões menos onerosas e, o que é o ponto principal, taxas de juros menores.

Galvêas entende que a capitalização dos juros simplifica o processo de renegociação e evita desgastes na negociação de "fresh money", (dinheiro novo) através da sindicalização de empréstimos-jumbo, que, na verdade, representam apenas 10% da necessidade de capitais do País.